

# Avaliação Institucional e as Novas Tecnologias: uma aproximação<sup>1</sup>

MARLIS MOROSINI POLIDORI\*  
DENISE GROSSO DA FONSECA\*\*  
SARA FERNANDA TARTER LARROSA\*\*\*

Recebido: 08/05/05

Aprovado: 16/05/05

\*Professora do Centro Universitário Metodista IPA, Doutora em Educação pela Universidade do Porto, Portugal

\*\*Professora do Centro Universitário Metodista IPA, Mestre em Educação pela UFRGS, Porto Alegre, Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, Porto Alegre.

\*\*\*Bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário Metodista IPA

**RESUMO:** A avaliação institucional é um processo que vem sendo desenvolvido nas IES do país mas continua a sofrer muitos conflitos. A participação da comunidade acadêmica é um dos desafios que estes processos enfrentam tendo em vista a importância desta participação. O Centro Universitário Metodista – IPA possui uma história em avaliação institucional desde 1994 e, no decorrer do seu processo, foi evoluindo a sua forma de ação, inclusive, construindo instrumentos de facilitação para que a comunidade acadêmica participasse. No entanto, apesar desta aparente facilitação de acesso, nos dois últimos anos, quando foi aplicado o instrumento de consulta aos docentes, discentes e técnico-administrativos de forma *on line*, a participação foi menor do que quando era feito de forma impressa. Esta forma de participação foi analisada no Projeto de Pesquisa Avaliação Institucional e as Novas Tecnologias na busca de compreender este fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE** – avaliação institucional, avaliação participativa, globalização, novas tecnologias.

## INSTITUTIONAL EVALUATION AND THE NEW TECHNOLOGIES: AN APPROXIMATION

**Abstract:** Institutional evaluation is a process that is being developed in the country, but it continues to face many conflicts. The participation of the academic community is one of the challenges that this process faces. The Centro Universitário Metodista – IPA has a history of institutional evaluation that goes back to 1994 and, in the process, its forms of action have changed and constructed instruments which made it easier for the academic community to participate. However, despite this apparent facilitation of access, in the last two years, when a questionnaire was applied on-line to faculty, students and staff, the participation was smaller than when it was made in paper form. This mode of participation was analyzed by the Institutional Evaluation and New Technologies Research Project, aimed at understanding this phenomenon.

**Key words:** Institutional Evaluation; Participatory Evaluation; Globalization; New Technologies.

---

1 Este tema foi desenvolvido no Projeto de Pesquisa intitulado Avaliação Institucional e as Novas Tecnologias realizado durante o ano de 2004 no Centro Universitário Metodista IPA com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio do Sul – FAPERGS e da própria Instituição.

## INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é um processo que vem sendo desenvolvido em muitas instituições de ensino superior (IES) e, embora já apresente uma história neste contexto, continua evidenciando obstáculos e conflitos.

Conner, Altman & Jackson, 1984 (apud Worthen, Sanders & Fitzpatrick) 2004 dizem que a avaliação, enquanto disciplina estabelecida, no início dos anos 1980 estava na transição do final da adolescência para a vida adulta.

A avaliação do ensino superior brasileiro existe desde as primeiras instituições; no entanto, em se tratando de uma avaliação do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão, ou seja, de uma avaliação institucional com perspectivas diversas que envolvem o interesse da sociedade, do governo e do mercado e, ainda, de forma sistematizada, organizada e com objetivos bem definidos, começou a existir somente na década de 90.

Em meados desta década, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB, foi implantado no país, a partir de uma ação das instituições e, num primeiro momento, contou com o apoio do governo.

O Programa buscava avaliar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão. Sua proposta era a de que cada instituição realizasse o seu processo avaliativo composto por avaliações internas, externas e a meta-avaliação, sendo que esta última consistia numa avaliação da avaliação e numa retomada do ciclo avaliativo. Este processo funcionava a partir de adesões voluntárias das instituições e teve um considerável número de IES aderindo ao Programa num primeiro momento; depois, basicamente pela inexistência do apoio governamental, tanto político como financeiro, o processo foi perdendo a sua força.

Mais tarde, em 1996, o governo federal atribuiu a responsabilidade da realização do processo avaliativo do ensino superior para o Ministério da Educação, através do Decreto n.º 2026 de 10 de outubro. O Decreto, seguido de outros documentos regulamentares, definiu como ficaria estruturado o referido processo. Em 09/07/2001, através do Decreto n.º 3860, uma outra estrutura foi apresentada, designando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) como órgão responsável por todas as avaliações realizadas no ensino superior.

A avaliação do ensino superior que vinha sendo realizada estava dividida em duas componentes - a externa e a interna. A componente externa era realizada pelo governo federal, através do MEC/INEP, e envolvia: a coleta de dados das instituições através do Censo; a realização do Provão, que avaliava os cursos; e a Avaliação das Condições de Ensino, que avaliava as IES através de relatórios e de visitas realizadas por peritos. Além disto, ocorria a avaliação dos cursos de pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq). A componente interna, chamada de avaliação interna, era tarefa da própria

instituição. Embora o Programa PAIUB tenha surgido como um modelo existente, não é evidente que este tenha sido adotado pela maioria das instituições de ensino superior. O que temos caracterizado, portanto, é que havia uma avaliação externa desenvolvida, imposta pelo governo federal, e outra interna que ficava na dependência da decisão de cada instituição, se desejava ou não realizá-la.

Em abril de 2003, iniciou-se um processo de modificação na concepção de desenvolvimento da avaliação institucional por parte do governo, culminando na aprovação da Lei 10.861 de 15/04/2004, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Esta Lei, que tem a proposta de avaliar as IES na sua totalidade, para subsidiar tanto a gestão interna das IES como a formulação de políticas públicas, encontra-se em vigor assim como a sua regulamentação.

Muitos são os fatores que compõem este quadro onde perpassam questões educativas, organizacionais, estruturais, técnicas e políticas. No entanto, há um ponto que especificamente estamos interessados em abordar, que é aquele que envolve as novas tecnologias, ou seja, a interferência das novas tecnologias no processo avaliativo do ensino superior desenvolvido pelas instituições de ensino superior. As novas tecnologias costumam aparecer como algo inovador, completamente diferente e que vem para auxiliar e resolver muitos dos problemas antes insolúveis. Será que é isto mesmo que acontece? As novas tecnologias são tão novas assim? O que consideramos ser “Novas Tecnologias?”.

As novas tecnologias, normalmente, vêm interligadas num processo que envolve além da utilização de uma tecnologia avançada, vários profissionais, diversas disciplinas, diferentes instituições, possibilitando, desta forma, ultrapassar o nível nacional alcançando o internacional, inserindo-se, assim, num processo de globalização. Este processo *globalizante*, no entanto, é abrangente e dele surgem muitos pontos positivos que apontam para melhorias significativas no seu contexto, mas, também, há evidências de sinais negativos interferindo no processo.

É com base nessas questões, que envolvem a avaliação institucional desenvolvida nas instituições de ensino e a utilização das novas tecnologias no contexto de globalização, que pretendemos desenvolver a pesquisa em questão.

## A Globalização

Segundo Santos (1995), nas últimas três décadas, o processo de globalização teve seu desenvolvimento iniciado por uma globalização de produtos e de transferências financeiras, seguido por uma difusão mundial da informação e da imagem através da comunicação social e das telecomunicações e, finalmente, alcançou deslocamentos maciços de turistas e trabalhadores emigrantes ou refugiados. Acrescenta, ainda, que o processo de globalização é um fenômeno multifacetado abrangendo as dimensões

econômica, social, política, cultural, religiosa e jurídica, prejudicando, de certa forma, a existência de uma explicação ou interpretação adequada.

Nesse sentido e apesar de demonstrar dificuldades em conceituar o processo de globalização, ele afirma que:

O processo de globalização é, (...), seletivo, irregular, cheio de tensões e contradições. Mas não é anárquico. Reproduz a hierarquia do sistema mundial, as assimetrias entre as sociedades do centro, da periferia e da semiperiferia, não havendo, conseqüentemente, um autêntico globalismo (1995:28).

Nessa perspectiva, ele aborda que, na verdade, a globalização ocorre de duas formas: através do localismo globalizado e do globalismo localizado. O primeiro é o processo pelo qual um determinado fenômeno local se expande com êxito por todo o globo, como por exemplo: a transferência da língua inglesa como língua franca e o funcionamento das empresas transnacionais. O segundo é o efeito específico das práticas e das exigências transnacionais nas condições locais que obriga a reestruturação destas para que possam responder às exigências transnacionais. Como exemplo indica a instalação da rede *Mac Donalds* em vários países e que oferecem, além dos alimentos padrões, aqueles que “falam” sobre a cultura local.

Complementa portanto, que “o sistema mundial, e especialmente, o que nele se designa por globalização, é uma rede de globalismos localizados e de localismos globalizados” (1995:30).

Roger Dale (1996) discute várias questões abordadas por Santos e salienta a existência de três modos de globalização. O primeiro deles chama-se desnacionalização que, de uma forma geral, é uma descaracterização do local em favorecimento ao global; o segundo é o *efeito social* que, de forma resumida, diz que a globalização provoca diferentes efeitos e diferentes conseqüências em lugares diferentes; e o terceiro modo é o chamado *efeito organizacional*. Esse efeito caracteriza-se na aplicação das melhores práticas para resolver problemas mundiais. Neste ponto, entra a questão da informação tecnológica, ou seja, saber o que é permitido realizar e alcançar através dos diversos instrumentos tecnológicos existentes nos ambientes de trabalho atualmente.

As novas tecnologias, na lógica da globalização, vêm permitindo que ações antes consideradas impossíveis de serem praticadas inclusive pelo obstáculo geográfico sejam realizadas. Esta nova prática vem proporcionando que ocorram crescimentos em vários níveis e principalmente nas questões relacionadas com o conhecimento. Um exemplo típico é o crescimento que vem sendo apresentado junto às instituições de ensino em relação aos cursos ministrados a distância, os chamados EADs, Ensino a Distância. Os EADs estão permitindo que diferentes níveis de conhecimento sejam democratizados através de um acesso facilitado pelo computador, da vídeo-conferência e demais instrumentos.

## AS NOVAS TECNOLOGIAS

Inseridas no processo de globalização, as novas tecnologias aparecem como a base que permite a expansão do conhecimento e a quebra de paradigmas que até então norteavam este universo. Na década de 70 ocorreram várias transformações econômicas, sociais e políticas em nível mundial. Do desdobramento destas transformações, ocorreu um desenvolvimento científico e tecnológico bastante significativo e que aparece como um resultado da chamada “Revolução micro-eletrônica” (Quadros:1999). Conforme Magnoni e Valente (2002), estamos atravessando um período que está sendo designado como: a era global da informação e da comunicação, a sociedade informática pós-industrial ou ainda é chamada da terceira revolução.

Inseridas no processo de globalização, as novas tecnologias aparecem como a base que permite a expansão do conhecimento e a quebra de paradigmas.

As novas tecnologias, resultados deste momento, estão se instalando no nosso cotidiano de forma muito rápida e muitas vezes, imperceptível. O telefone celular que usamos a todo o momento; as músicas favoritas que escutamos de CD's; as compras que fizemos nos supermercados e cujo preço está no código de barras do produto; os vários sistemas de sinalização luminosa que preenchem o nosso dia-a-dia, em tudo isto e em muito mais, elas estão presentes.

Recentemente, no ano de 2000, o Prêmio Nobel foi concedido a três pesquisadores pioneiros das novas tecnologias da informação. A Real Academia de Ciências explicou que decidiu conceder este 94º Prêmio a “cientistas cujos trabalhos assentaram as bases das novas tecnologias da informação, em particular mediante suas invenções dos transistores rápidos, dos diodos laser e dos circuitos integrados” (Real Academia de Ciências:2000).

As formas de comunicação estão se alterando com uso das novas tecnologias. De acordo com um trabalho realizado pela UNICAMP (2002), houve uma mudança da forma tradicional de comunicação para uma forma mais moderna caracterizada pelo uso da internet, ou seja, um dos pontos fortes da expansão das novas tecnologias. Das tradicionais cartas anteriormente utilizadas, é o e-mail que está ocupando este lugar; ao invés das revistas, livros, rádio e TV, estão sendo utilizadas publicações eletrônicas, áudio e vídeo; e ainda é acrescentado que, os aspectos responsáveis pela ruptura destes limites tradicionais da comunicação humana são o tempo, a distância, a facilidade e a velocidade. Além disto, estes novos instrumentos auxiliaram no rompimento do paradigma da comunicação unidirecional, ou seja, é permitido uma comunicação não só bidirecional como, multidirecional.

Em relação à informática na educação, há uma constatação e uma certa conscientização de que é importante a utilização das novas tecnologias para auxiliar no processo pedagógico desenvolvido na instituição. A aprendizagem deve estar centrada no aluno, e não mais no professor. Este passa a ser um orientador que auxilia o aluno a alcançar o conhecimento. O despreparo e o desconhecimento em relação às novas possibilidades de ensino tecnológico ainda são grandes (Magnoni e Valente:2002).

Outras necessidades emergem no campo das práticas pedagógicas e educacionais que se evidenciam através da construção de currículos mais apropriados que propiciem, além de uma formação interdisciplinar, um ensino continuado, a exemplo do Ensino a Distância, que possibilite o rompimento das barreiras do tempo e do espaço (Quadros:1999).

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO SUPERIOR

Especificamente em relação ao processo avaliativo do ensino superior, alguns modelos estão sendo desenvolvidos em âmbito mundial, que se diferenciam de acordo com os objetivos, as tradições dos países, as questões culturais, as práticas e as políticas educativas. Em alguns países, tal como a Inglaterra, a avaliação foi inserida no ensino superior através de uma lógica empresarial em que as terminologias do mundo dos negócios como: eficiência, eficácia, competência, qualidade e outras foram tratadas como pilares de sustentação de um ensino superior adequado e de qualidade (Gentili:1995).

Outros países, como por exemplo a Holanda e Portugal, e enfatizando aqui que o modelo português teve a sua origem e a sua inspiração no modelo holandês, desenvolvem um processo avaliativo onde os principais e os mais interessados atores que são os docentes, discentes e servidores das instituições sejam os titulares das suas avaliações. Embora este modelo também tenha como objetivo final oferecer um ensino superior de qualidade à sociedade, sua dinâmica é *democrática e legítima*, a partir do momento em que é possível a participação de todos os seus atores no processo; é *global*, pois avalia a instituição na sua totalidade; é *pedagógica e formativa*, pois o processo é desenvolvido através da aprendizagem e não tem função punitiva, e é *construtiva* pois permite que seja respeitada a identidade de cada instituição. Um ponto extremamente importante neste contexto é que, para que possa ser desenvolvido este tipo de avaliação, é necessário que as instituições de ensino superior tenham autonomia. Esta autonomia envolve além da didático-pedagógica, a autonomia administrativa e, acima de tudo, a financeira. Com esta "liberdade" concedida pelo Estado às instituições, é possível viabilizar o desenvolvimento das suas atividades de forma menos reguladora garantindo, assim, a titularidade da avaliação para as instituições.

O modelo que vinha sendo desenvolvido no Brasil, através do governo federal, trazia como objetivo principal a oferta à sociedade de instrumentos que permitiam a cada indivíduo escolher uma instituição de ensino superior de *qualidade* para realizar a sua formação. No entanto, a principal forma de avaliação desenvolvida desde 1996 buscou avaliar o aluno quando este se encontra prestes a se formar e a entrar no mercado de trabalho. A outra, depois, iniciou um processo de avaliação do curso inserido na instituição. Estas avaliações denominavam-se de Exame Nacional de Cursos, o Provão, e Avaliação das Condições de Ensino. O Provão, começou a ser aplicado em 1996 abrangendo somente três cursos, e terminou em 2003, avaliando 26 cursos<sup>2</sup>. O foco de avaliação do Provão era o aluno formando. Este aluno devia realizar uma prova de conhecimentos, a exemplo do vestibular. Desta prova resultava uma nota que era informada somente ao aluno. O conjunto destas notas compunha o conceito da instituição da qual o curso fazia parte. Se o aluno não fizesse o Provão, o seu diploma não seria liberado. Paralelamente, era enviado a casa de cada aluno um questionário com o objetivo de realizar um levantamento sócio-econômico-cultural dos profissionais que estavam sendo formados pelas diversas instituições distribuídas por todo o país.

Num segundo momento, os cursos que participavam do Provão deveriam passar por uma outra avaliação, chamada de Avaliação de Condições de Ensino. Anteriormente, até o ano 2001, era conhecida como Avaliação de Condições de Oferta mas, este nome foi alterado, mudando também o órgão responsável por sua realização, da Secretaria de Educação Superior (SESU) para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Esta avaliação aqui referida diz respeito àquela que era desenvolvida pelo governo federal através do Ministério da Educação, e que pretendia atingir as instituições de todo o sistema de ensino superior do país. No entanto, muitas instituições de ensino superior, principalmente as públicas, das esferas federais e estaduais, vêm desenvolvendo, há cerca de duas décadas, várias ações de avaliação. Na década de 90, houve um movimento muito forte, principalmente por parte das instituições federais de ensino superior e a sua associação representativa, a ANDIFES<sup>3</sup>, e de outras associações universitárias. Desse movimento resultou a elaboração e a implementação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB. Este processo, além de depender da vontade política de cada instituição, tendo em vista que sua adesão é voluntária, a partir de 1995 não recebeu praticamente nenhum apoio do governo federal, tanto de nível econômico como político.

---

2 Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Jornalismo, Direito, Economia, Enfermagem e Obstetrícia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

3 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Este Programa, apesar de ter sido desenvolvido intensamente em muitas instituições, perdeu a sua força ao longo dos anos pelo motivo já antes referido relacionado ao “não” apoio político e financeiro do governo, depois de 1995, e também, às novas demandas externas do Ministério da Educação representadas pelo Provão e pela Avaliação de Condições de Ensino, que desviaram de certa forma, o alvo que as instituições devem atender. Isto ocorreu porque estas avaliações externas eram impostas, não deixando nenhuma possibilidade de escolha por parte das instituições e, ainda, afetaram diretamente a imagem da instituição junto à sociedade. Além disto, ao longo de sua aplicação, os resultados obtidos influenciaram nas condicionantes de manter um curso em funcionamento, tais como: reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento e credenciamento de IES.

Importante aqui salientar que, apesar deste quadro apresentado em relação à avaliação institucional das instituições e que teve como seu “carro chefe” o PAIUB, muitas instituições desenvolvem os seus processos avaliativos com base na filosofia e na teoria deste Programa.

Em abril de 2003, foi constituída, pela Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC), a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA)<sup>4</sup> “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”. Esta Comissão entregou, após o prazo de 120 dias e realização de consultas à comunidade acadêmica e a entidades representativas e, ainda, de audiências públicas, um documento intitulado “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES”. Este Sistema trouxe como proposta: desenvolver um processo avaliativo que possibilitasse analisar as Instituições de Ensino Superior (IES) na sua totalidade através do desenvolvimento do processo de avaliação institucional e, também, associar esta avaliação com a regulação do Estado, com o objetivo de auxiliar na manutenção e obtenção de qualidade das IES e implantar políticas públicas com base neste processo avaliativo.

No entanto, em dezembro de 2003, foi publicada a Medida Provisória n.º 147, de 16/12/03, que implantava o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior – SINAPES – que trazia alguns princípios e fundamentos do SINAES, mas, também trazia distorções de suas funções e criava outros elementos que não constavam na proposta da CEA<sup>4</sup>, como o Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior – IDES, e um controle das IES através do Pacto de Conduta quando as IES demonstrassem muitos problemas. Em seguida, ocorreu a troca do Ministro da Educação, assumindo Tarso Genro. Foi quando ocorreu um processo de transformação da MP

4 A CEA foi designada através das Portarias MEC/SESu n.º 11 de 28 de abril de 2003 e n.º 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque.

147 em Lei de Avaliação nº 10.861, culminando na sua aprovação e publicação em 15 de abril de 2004, ficando designado então de “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES”.

Desta forma, estava configurado o processo de desenvolvimento da avaliação institucional das instituições de ensino superior do país tanto pela parte das IES como pela do Ministério da Educação.

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA - IPA

O processo de avaliação institucional do atual Centro Universitário Metodista - IPA, que atualmente oferece 26 cursos de graduação<sup>5</sup>, iniciou no ano de 1994. No ano de 2004, quando foi desenvolvida a pesquisa, o Centro Universitário caracterizava-se ainda como Rede Metodista de Educação – IPA, ou seja, ainda não tinha se transformado em Centro Universitário, e oferecia sete cursos de graduação<sup>6</sup>.

A tarefa de desenvolver um processo de avaliação internamente na IES foi designada, inicialmente, para uma instituição de consultoria externa e, embora tenha sido desenvolvida por um agente externo às instituições, a base da avaliação foi o PAIUB.<sup>7</sup>

A primeira parte do processo avaliativo foi dividido em três etapas: a primeira ocorreu no período de 1994 a 1996, a segunda de 1996 a 1998 e a terceira abrangeu o período de 1998 a 2000. As avaliações tiveram como objetivos comuns:

- participação de docentes, discentes, funcionários, egressos e empresas;
- levantamento das necessidades dos cursos e da instituição, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- melhoria da qualidade do ensino oferecido;
- melhoria da instituição; e

---

5 Bacharelado: Administração de Empresas, Administração de Negócios Internacionais, Administração Hospitalar, Biomedicina, Ciências Contábeis – Controladoria, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Publicidade e Propaganda, - ênfase em marketing, Serviço Social, Terapia Ocupacional, e Turismo com ênfase em Hotelaria. **Licenciatura:** Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia, Física, História, Letras – inglês, Letras – Português, Matemática, Pedagogia – Educação Infantil, Pedagogia - Séries Iniciais), Química.

6 Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fonoaudiologia, Administração Hospitalar e Turismo com ênfase em Hotelaria.

7 Ressalta-se que a avaliação realizada no período de 1996 a 2000 abrangeu não só o ensino superior mas também o ensino fundamental e o médio oferecido pelo Instituto Porto Alegre e pelo Colégio Americano que desenvolvem as suas atividades nas mesmas instalações e tem em comum os seus mantenedores e ainda, foi abrangido o Conservatório de Música.

acompanhamento do movimento estratégico da instituição na sua trajetória de Institutos para Centro Universitário e, no futuro, Universidade.

Os eixos temáticos abrangeram a missão da instituição em relação às ações por ela desenvolvidas; as funções dos Institutos com vistas à qualidade oferecida no âmbito de todos os níveis de ensino ministrados, dando relevância aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e por último, tinham como ênfase a busca da identidade.

O período de 1994 a 1996 caracterizou-se por uma avaliação diagnóstica, tendo em vista que se centrou no levantamento dos pontos positivos e dos pontos negativos existentes na totalidade da instituição. Foram levantadas questões referentes a: estrutura curricular, qualidade dos docentes e dos funcionários, condições das instalações físicas, situação da biblioteca, condições dos laboratórios de informática, relacionamento entre os diversos atores da instituição, a comunicação interna entre os diversos setores e a gestão administrativa.

Em 1997, no segundo período, que abrangeu de 1996 a 1998, foi colocada em prática uma avaliação que enfatizou um caminho já percorrido pela instituição com base na avaliação anterior, salientou pontos que se repetiram e, sendo assim, se mantinham como problemas, e evidenciou outros pontos que foram catalogados como “chamada urgente relacionada a”. Esta chamada envolveu os seguintes pontos: democratização das ações de comunicação ampla e correta entre os diversos setores; participação nos processos de planejamento e decisões; valorização dos sujeitos construtores da instituição; e desenvolvimento de ações multidisciplinar e multiprofissionais.

Em 1998, foi realizado um levantamento das ações desenvolvidas em relação às avaliações anteriores que foi dividido em: *ações administrativas* abordando a infraestrutura, os laboratórios e o acervo da biblioteca como os mais proeminentes; ações de ensino onde foi salientado o desenvolvimento de reuniões sistemáticas; e *ações de pesquisa e extensão* que enfatizaram a estruturação dos PMPEs (Programa Multidisciplinas de Pesquisa e Extensão) nos diversos cursos, a estruturação do “Nosso Jornal” e o desenvolvimento do trabalho da Comissão do Processo Seletivo.

No último ciclo desenvolvido desta forma, ou seja, coordenado por um agente externo, no ano de 1999, o trabalho foi dividido em seis seções: 1ª) destaques salientados na avaliação; 2ª) problemas com a infra-estrutura; 3ª) problemas em organização e funcionamento institucional; 4ª) problemas com os docentes; 5ª) problemas com a proposta curricular e, 6ª) avanços ocorridos no período.

Na seqüência deste processo apresentado, estava previsto ser desenvolvido um ciclo que abrangia os anos de 2000 a 2003. Esta avaliação seguiria a sistemática aplicada no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) enfatizando a auto-avaliação, a avaliação externa, a gestão e a reavaliação. No entanto, não teve seguimento.

No ano de 2001, este processo foi absorvido pela própria instituição que começou a ser coordenado por uma professora da instituição em conjunto com a direção geral e a coordenação dos diversos cursos da instituição. Num primeiro momento, foi iniciado um levantamento de todos os aspectos que envolveram os processos de avaliação da instituição, conforme anteriormente descritos. No início do ano letivo de 2002, nas reuniões pedagógicas dos diversos cursos de ensino superior, foi realizada uma apresentação destes dados e apresentada uma proposta de implantação de uma sistemática de avaliação que não desconsiderava todo o processo avaliativo desenvolvido até o momento, mas, que trazia diferentes perspectivas.

Esta nova fase do processo avaliativo propunha que a avaliação fosse desenvolvida, num primeiro momento, somente com os sete cursos de ensino superior para, depois, se fosse assim decidido, avaliar o ensino fundamental e médio, também oferecido pela instituição. A proposta estabeleceu-se tendo como base a missão da instituição<sup>8</sup>; a sugestão da Política Institucional do período de 2000-2005<sup>9</sup>; as metas da instituição do período de 2000-2004<sup>10</sup>, e ainda as manifestações existentes nas avaliações, enfatizando: “o reconhecimento da importância e da necessidade da existência de um processo de avaliação institucional dando ênfase na continuidade do processo de avaliação iniciado em 1994”.

A base de início da proposta era a utilização dos dados reais e atuais existentes para que fossem utilizados no planejamento e administração da instituição e a etapa seguinte consistia no desenvolvimento de um novo processo com o propósito de: atualizar as informações dos cursos e da instituição; manter o aspecto permanente da avaliação com o objetivo de realimentar os processos desenvolvidos no ensino superior; e proporcionar melhorias no ensino superior oferecido pela instituição.

A proposta de avaliação institucional teve como foco as três Faculdades que abrangiam os sete cursos oferecidos. A Faculdade de Ciências da Saúde com os cursos de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; a Faculdade de Nutrição e Fonoaudiologia, que ofereciam estes dois cursos e a Faculdade de Administração, que oferecia Administração Hospitalar e Turismo, com ênfase em Hotelaria.

Para a execução de tal proposta, tornou-se necessária a criação de um Comitê e de vários Núcleos de Avaliação. O Comitê de Avaliação Institucional (CAI) era composto pela: direção das faculdades, vice-direção acadêmica, coordenação dos sete

---

8 Proporcionar uma educação crítica e participativa, instrumentalizando a comunidade escolar a engajar-se na construção de uma sociedade fraterna, justa e solidária, à luz do reino de Deus.

9 Avaliação: acompanhamento e validação. Há necessidade do estabelecimento de normas e mecanismo de avaliação institucional para acompanhamento e validação da percepção dos diferentes níveis de ensino, áreas de atuação, serviços e segmentos institucionais.

10 Avaliação Institucional: adoção como um processo permanente de revisão de ações com vistas ao aperfeiçoamento, adequação e projeção de ações através de seminários, aplicação de instrumentos a docentes, atuais alunos, egressos, consulta a conselhos e empresas.

curso, administração das Clínicas Integradas e assessoria técnica de avaliação institucional. Os Núcleos de Avaliação de Cursos (NACs) eram formados pelos diferentes cursos e, em cada um deles, deveriam estar presentes o coordenador do curso, representante (s) dos docentes, representante (s) dos discentes e representante (s) dos funcionários. A relação entre o Comitê e os Núcleos deveria ser bilateral para dinamizar o processo avaliativo e permitir a sua execução.

A avaliação abordou o ensino envolvendo a graduação e a pós-graduação; a pesquisa abrangendo as áreas de conhecimento e as linhas de pesquisa; a extensão salientando a sua abrangência e os seus objetivos e a gestão com ênfase no planejamento *versus* avaliação, a influência na tomada de decisão e a descentralização das atividades desenvolvidas na instituição.

Durante o ano de 2002, a avaliação da Instituição passou pela fase inicial de disseminação das informações relativas ao processo e desenvolveu o processo de elaboração dos instrumentos de consulta para os docentes, discentes e funcionários. Estes instrumentos abordaram: os cursos, as disciplinas, os docentes, os currículos, a infra-estrutura, a biblioteca, as secretarias, os laboratórios e outros aspectos e setores. Paralelamente a este trabalho, os coordenadores estavam responsáveis por realizarem o levantamento dos dados quantitativos de seus cursos. No final do primeiro semestre de 2002, foram aplicados os instrumentos à comunidade acadêmica, de forma impressa, tendo seus resultados tabulados, analisados e divulgados, conforme o proposto.

No ano de 2003, os mesmos instrumentos foram aplicados, porém, com um diferencial bastante significativo: as consultas foram feitas através da intranet e internet. Todos os instrumentos foram adaptados à forma eletrônica, através do setor de informática da Instituição, e os três segmentos (docentes, discentes e funcionários) podiam acessar os instrumentos de avaliação pela intranet (de qualquer computador da Instituição) ou internet (de qualquer computador). O período de avaliação foi amplamente divulgado na Instituição por meio de cartazes, faixas, avisos na intranet e internet, entrega de ofício a cada professor informando do processo e solicitando a divulgação em sala de aula, divulgação em reuniões cotidianas da IES. Após o período estipulado para que todos participassem do processo<sup>11</sup>, os resultados foram tabulados, disponibilizados para os coordenadores dos cursos, para a Coordenadoria de Avaliação Institucional, para a Direção Acadêmica e Direção Geral da Instituição. Relatórios parciais e finais foram elaborados e divulgados na Instituição.

Na realização deste último processo, vários fatores influenciaram o processo tanto positiva como negativamente. O positivo dizia respeito à continuidade do desenvolvimento de um processo de avaliação dentro da IES e a possibilidade de obter-

---

11 Foi designado um período antes das provas finais do semestre devido a possível intervenção que este fato poderia ocasionar nos alunos.

se informações interessantes dos diversos segmentos que compõem a IES. No entanto, houve um fator relevante nesta aplicação relacionado ao número de participantes no processo. Embora tivesse ocorrido ampla divulgação, e os atores já estivessem acostumados com a prática do processo avaliativo que vinha sendo desenvolvido, o número de adeptos foi bastante baixo. Neste sentido, é importante ressaltar que, durante o período de aplicação da consulta, a Instituição estava passando por uma grande modificação na sua estrutura organizacional, inclusive reorganizando-se na proposta de passar a ser um Centro Universitário. Neste período, ocorreram muitas dispensas tanto de professores como de funcionários e havia uma grande insatisfação demonstrada pelos mesmos, fator este que acreditamos ter influenciado significativamente no número de participantes do processo avaliativo.

No ano de 2004, o processo foi aplicado novamente por forma eletrônica e possibilitou realizar um comparativo entre as consultas realizadas nos anos de 2002 e 2003 com o de 2004 e que analisaremos a seguir.

## METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa na proposta de analisar os diversos fatores que influenciaram na participação da comunidade acadêmica nas várias avaliações desenvolvidas na Instituição desde 1994. Porém, centrou-se nos três últimos anos (2002, 2003 e 2004) principalmente no aspecto da mudança na aplicação da consulta à comunidade acadêmica, passando da forma impressa à eletrônica.

Foram utilizados vários instrumentos para coletar informações relacionadas ao processo de avaliação institucional tais como: aplicação de questionário aos docentes, discentes e funcionários; análise das respostas advindas dos instrumentos utilizados nas consultas anteriores e na atual e análise de documentos da Instituição.

## OBJETIVOS DA PESQUISA

A presente pesquisa tinha como principal objetivo verificar a interferência das novas tecnologias no processo de avaliação institucional do ensino superior desenvolvido no IPA e como objetivos específicos: identificar os diversos fatores que influenciaram na participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários) quando da aplicação dos dois últimos processos avaliativos em comparação aos anteriores; identificar as dificuldades apresentadas no uso de equipamentos de multimídia e; verificar a necessidade de desenvolvimento de capacitação para o uso dos diversos instrumentos de multimídia.

## ANÁLISES DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Com o término da realização da consulta junto aos nove cursos da Instituição, durante a segunda quinzena de outubro de 2004, quando participaram discentes, docentes e funcionários, foi elaborado um questionário que buscava saber quais as im-

pressões destes mesmos participantes sobre o instrumento utilizado. Estas impressões estavam relacionadas ao formulário propriamente dito mas, também, abordava a questão da forma, ou seja, se o processo eletrônico proporcionou um melhor entendimento e, principalmente, um melhor acesso aos formulários de consulta.

Este questionário foi aplicado tendo sido entregue a 276 discentes (44 responderam e 232 não responderam à consulta); 14 docentes (08 responderam e 06 não responderam à consulta) e 30 funcionários (12 responderam e 18 não responderam à consulta).

Das quatro questões elaboradas para o questionário, num primeiro momento, perguntava-se se a pessoa havia participado do processo de Avaliação Institucional Interno realizado durante o mês de outubro de 2004. Se a resposta fosse positiva, perguntava-se como avaliava a forma utilizada (*on line*).

Neste sentido, dos 44 estudantes que responderam, a maioria concluiu que a aplicação *on line* do formulário facilitou o processo, enquanto que somente 04 acharam que esta forma dificultou a dinâmica. Da totalidade dos professores que responderam à consulta (08), todos evidenciaram que esta forma *on line* dificultou o processo. Em contrapartida, os funcionários que participaram acharam, por unanimidade, que a forma *on line* facilitou a consulta.

Seguindo, se a resposta fosse negativa, perguntava-se o porquê da não participação, sugerindo os seguintes motivos: desinteresse; dificuldade de acesso *on line*; preferência pelos formulários impressos; pouca divulgação, desconhecimento, esquecimento; falta de crédito no processo.

Entre os alunos, o motivo mais evidente de não terem respondido à consulta foi a pouca divulgação. Importante aqui evidenciar que há uma certa falta de atenção, por parte dos estudantes, às informações disponibilizadas fisicamente na instituição e de forma eletrônica na instituição e, ainda, àquelas trazidas em sala de aula pelos professores e pelas coordenações dos cursos.

Outro motivo que deve ser considerado diz respeito ao formato que a consulta possui atualmente. Cada aluno deve responder a um formulário para cada disciplina que cursa, ou seja, se o aluno está matriculado em oito disciplinas, ele deverá acessar o mesmo formulário oito vezes. Esta forma desencadeia um certo desestímulo ao processo, no entanto, também é possível que o estudante preencha quantos ele quiser.

Poucos estudantes responderam que o motivo de não participação foi porque preferem o instrumento de forma impressa. Dos professores que não responderam à consulta, a alegação foi ou o esquecimento ou porque preferem o instrumento de forma impressa. No entanto, é importante evidenciar que nestes dois últimos casos, somente dois professores manifestaram esta preferência. Os funcionários trouxeram como o principal motivo de não preenchimento o esquecimento.

Finalmente, inquiria-se sobre a percepção do instrumento oferecendo as seguintes opções: Muito bom; Bom; Regular ou Fraco. Neste item, vinte alunos consideram

bom, quatorze, muito bom e dez alunos avaliaram como regular. Entre os professores, quatro, acharam regular, dois, bom, e dois, muito bom. Em relação aos funcionários, oito acharam muito bom e quatro, bom.

A tomada de consciência dos motivos trazidos do porque da não participação no processo, é importante neste momento. O primeiro deles foi a questão da divulgação, quando foi enfatizado que houve pouca divulgação da referida consulta. Chama-se a atenção para o fato de que o processo de consulta durou o período de treze dias (18 a 30 de outubro) sendo que, antes e durante este período, foram realizadas as seguintes ações de divulgação: chamada no *site* da intranet e Internet informando e convidando para participarem do processo; envio de e-mail para os professores e funcionários (os alunos não receberam por não ter sido possível a operacionalização desta ação); realização de reunião com os coordenadores dos nove cursos informando do processo, convidando para um envolvimento maior e solicitando que informassem a todos os professores dos seus referidos cursos e, inclusive, que dedicassem um pouco de tempo de suas aulas para a realização da consulta.

Em relação ao esquecimento, que foi o segundo motivo mais evidenciado, a única forma de combater é, realmente, a divulgação, que, embora tenha sido enfática, persistente e ampla, foi considerada fraca e sem penetração.

Quanto à preferência ao formulário impresso, as manifestações foram poucas e, ainda, podemos considerar que sempre é difícil demover as pessoas de práticas antigas, já instaladas, para assumirem uma nova forma de realização das mesmas atividades. Este acontecimento, e aqui evidencia-se todo o seu contexto, é chamado de quebra de paradigma, que normalmente acontece, quando uma forma de funcionamento ou de uma ação, alcança os seus limites ou ainda, os pontos de referência são alterados.

Importante, portanto, é tentar compreender o que é um paradigma. Para Barker (1993, p. 32), paradigma é "...um conjunto de regras e regulamentos (escritas ou não) que faz duas coisas: (1) estabelece ou define limites; (2) diz como devemos comportar dentro desses limites para sermos bem sucedidos."

Kuhn (1975, p. 219), ao analisar a mudança de paradigma no contexto da cientificidade, afirma que "...um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma."

Considera-se que uma mudança de paradigma significa uma quebra, uma ruptura no que estava sendo desenvolvido, uma mudança nas "regras do jogo" que, de alguma maneira, afeta o desenvolvimento de algo que vinha sendo realizado dentro daqueles limites antes conhecidos.

Trazendo esta análise para a questão da aplicação da consulta à comunidade acadêmica interligada à avaliação institucional, através de uma forma diferente daquela conhecida, ou seja, modificando a forma de ser, pode-se dizer que houve uma

mudança nas “regras do jogo” que vieram a afetar a sua dinâmica. Conforme Barker (1993, p. 31), “... quando estamos no meio de um paradigma, é difícil imaginar qualquer outro paradigma...” e neste sentido costuma-se observar que quem consegue alterar um paradigma é aquele que encontra-se “fora” do contexto, não é aquele sujeito que vem praticando o paradigma predominante mas, sim, aquele que consegue se distanciar um pouco e ver a possibilidade da mudança.

Reforça-se, portanto, que uma mudança de paradigma não é considerada um acontecimento suave, sem conseqüências de ordem mais profundas, sem abalos por parte dos seus integrantes, sem manifestações contrárias e, principalmente, sem resistências. A resistência vem no passo seguinte de uma quebra ou mudança de paradigma, tendo como base justamente esta troca de parâmetros, de perfis, de referências, de práticas antes consideradas certas e adequadas e que, de repente, começa a ser considerada ultrapassada, negativa, com problemas e, ainda, improdutiva.

Independentemente das demais questões que podemos analisar referentes a esta prática, pode-se considerar a evidência que a mudança da aplicação de um formulário de consulta de forma impressa para forma on line, bem como a sua forma de divulgação, configurou-se numa quebra de paradigma acompanhada de todas as suas conseqüências.

Neste âmbito, um outro elemento que deve ser considerado é o momento histórico da instituição quando das aplicações das consultas. Lembra-se que, no ano de 2003, a consulta foi aplicada no final do primeiro semestre, momento este, em que toda a comunidade acadêmica estava experimentando uma nova forma de gestão dos cursos e da Instituição principalmente, em relação ao corpo docente. Recentemente, havia ocorrido uma quantidade muito grande de demissões na perspectiva da Instituição adequar-se às exigências nacionais de qualificação dos seus docentes e à dinâmica de uma Instituição de Ensino Superior. Esta ação acabou por afetar a participação dos docentes que concretizou-se nas seguintes posturas: o receio de ocorrer alguma demissão com base na consulta e o descrédito no processo avaliativo tendo em vista que as ações e decisões estavam sendo tomadas de uma forma centralizada na Instituição.

Concomitantemente, os funcionários passaram pela mesma experiência pois, em seu quadro, as demissões também ocorreram e, neste caso, poderia ser considerado um pouco mais grave porque as tentativas de adequações de desenvolvimento de suas atividades em diversos setores foi experimentada. Ou seja, antes da demissão, era dada a possibilidade de uma adequação interna, se isto não fosse possível, a demissão era uma das possibilidades. Tendo em vista a baixa qualificação de parte dos funcionários e a não adequação da formação com as atividades desenvolvidas (Relatório de Avaliação Institucional/IPA: 2003), esta ação era temida internamente. Este aspecto afetou, consideravelmente, a dinâmica de desenvolvimento dos processos avaliativos em questão.

No ano de 2004, as razões que geraram estes receios evidenciados no ano anterior já não estavam presentes, a situação estava estabilizada, inclusive em relação à questão financeira da instituição que conseguiu regularizar os pagamentos frente aos seus servidores.

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste Projeto de Pesquisa era verificar a interferência das novas tecnologias no processo de avaliação institucional do ensino superior desenvolvido na Rede Metodista de Educação – IPA, atualmente Centro Universitário Metodista - IPA. Conforme visto anteriormente, a forma de realizar a consulta à comunidade acadêmica através de um instrumento eletrônico, embora tenha desencadeado uma certa resistência por alguns segmentos, é considerada, de uma certa forma, aceitável. No entanto, foi evidenciado que houve uma baixa divulgação do processo embora as providências necessárias relacionadas a esta questão tenham sido realizadas. Lembra-se que a divulgação teve uma dinâmica de grande abrangência, porém, com ênfase na forma eletrônica. Talvez este seja um elemento que deve ser considerado no sentido de que a comunidade acadêmica consegue prestar mais atenção e, inclusive, demonstra uma maior aceitabilidade na realização de uma divulgação onde suas ações são centradas, na sua maioria, na forma impressa. Ou seja, panfletos informativos que possibilitam “pegar a informação na mão” e então apropriar-se dela, parece estar sendo mais efetiva do que a forma eletrônica onde há um sentimento de não existência. Parece, portanto, que a divulgação, sendo realizada de forma impressa, está melhor atingindo a comunidade acadêmica, embora mantenha-se a consulta propriamente dita, de forma eletrônica.

Igualmente, evidencia-se que do ponto de vista de processo, os procedimentos foram todos executados com eficiência, no entanto, o elemento diferenciador, ou seja, o que denominou-se de uma mudança no paradigma foi significativo no resultado do processo ocorrendo uma baixa participação e inclusive um certo descrédito no processo.

Um dos objetivos específicos dizia respeito à identificação dos diversos fatores que influenciaram na participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários) quanto da aplicação dos dois últimos processos avaliativos em comparação aos anteriores. Um dos fatores considerado importante e inclusive, definidor, foi a mudança de ordem organizativa e de gestão que vem ocorrendo nos últimos dois anos na Instituição. O fato de terem ocorrido várias demissões, tanto de docentes como de funcionários, devido a esta reorganização institucional, afetou a participação no processo avaliativo de 2003, como já mencionado.

Um outro fator foi a instabilidade financeira que a instituição estava apresentando, inclusive interferindo nos salários dos seus servidores. Acredita-se que são

elementos fortes e de grande significância que interferem no processo avaliativo predominantemente, porque há um certo *pré-conceito* de que um processo de avaliação está diretamente ligado à punição e premiação, resultando, em algum momento, de uma tomada de decisão com base nas informações obtidas através deste processo.

Estudos ligados à avaliação trazem a constatação de que este é um fenômeno cujo significado está relacionado ao julgamento e à classificação, fruto do modelo comportamentalista, que, historicamente, tem influenciado e reduzido o processo avaliativo à verificação de aspectos positivos e/ou negativos. Tais constatações, no âmbito da sala de aula são representadas pelas notas, com o objetivo de aprovar ou reprovar os alunos e no âmbito das instituições, muitas vezes como instrumento para manutenção ou exclusão de profissionais. Hoffmann (1992:15) cita a fala de uma professora que descreve a avaliação como "(...) conjunto de sentenças irrevogáveis de juízes inflexíveis sobre réus, em sua maioria culpados". Como romper com tal visão e conseqüentemente superar a lógica que perpassa as ações nesse contexto? Talvez a possibilidade de uma maior participação dos atores nas discussões e tomadas de decisões que envolvem o processo como um todo.

Hoffmann (2002:114) comenta a enorme resistência às inovações em avaliação: "Quando se elencam metas muito pretensiosas, os âmbitos tendem a esmorecer, porque elas exigem muito tempo e não se percebe, então, que se esteja alcançando resultados que valham a pena o esforço".

Outro aspecto é apontado por Demo (2000, apud Hoffmann, 2002) que, com outros autores, chama a atenção para a centralidade do papel do professor em processos de mudança; uma das razões da resistência estaria ligada ao fato do professor ficar sempre de fora do processo. Será possível pensar em resistência?

Em outra oportunidade, no seminário realizado em julho de 2004, foi constatado e discutido na instituição "o silêncio dos professores". Esta não participação não será uma manifestação silenciosa diante das mudanças? São questões que aparecem neste momento de análise e que devem ser consideradas para uma melhor compreensão dos fatos.

Conforme evidenciado no Projeto de Pesquisa, embora estas questões estejam presentes no contexto da instituição e, inclusive, evidenciam-se num processo avaliativo, há a possibilidade de ocorrer uma avaliação construtiva e participativa tirando-se a questão da punição e de não participação ou participação muito ínfima, prejudicando inclusive, a legitimidade da consulta.

Em relação aos dois últimos objetivos que diziam respeito à identificação das dificuldades apresentadas no uso de equipamentos de multimídia e à capacitação para o uso dos diversos instrumentos, de uma forma geral, as manifestações se referem a não disponibilidade de equipamentos e não às dificuldades que possam vir a surgir com o seu uso. Acredita-se que o problema incida mais na falta de equipa-

mentos em número suficiente do que do desconhecimento no seu potencial de utilização.

Na proposta de melhor compreender este processo, um dos encaminhamentos a ser sugerido é que o processo avaliativo proporcione uma maior participação dos três segmentos da comunidade acadêmica. Os ventos da avaliação, tendo como base o processo nacional instaurado recentemente (2004) no país, intitulado de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - sopram para uma participação cada vez maior e mais envolvente por parte de seus atores. O envolvimento no melhor conhecimento das atividades desenvolvidas pela instituição em que cada um está inserido, nas suas próprias atividades e naquelas desenvolvidas por seus colegas, proporcionariam um processo participativo e legitimado por seus atores.

Conforme Burgess (1997), estes atores podem ser considerados como “informantes privilegiados” no sentido de mostrarem visões diferenciadas sobre o mesmo assunto enriquecendo os dados no seu conjunto possibilitando assim, o recolhimento de informações significativas que auxiliam no desenvolvimento da instituição de ensino superior.

As constatações evidenciadas na pesquisa não dão conta do porquê da não participação, ou melhor, como já foi explicitado, apontam alguns fatores, mas suscitam outros que poderiam estar subjacentes à pouca participação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKER, Joel Arthur. *Paradigms, the business of discovering the future*. New York: Harper Business, 1993.

BURGUES, Robert. G. **A Pesquisa de Terreno uma introdução**. Oeiras: Certa Editora, 1997.

DEMO, Pedro, HOFFMANN, Jussara e LA TAILLE, Yves. **Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação**. Porto Alegre: mediação, 2002.

HOFFMANN, Jusara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1992.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Avaliação do Ensino Superior: uma visão geral e uma análise comparativa entre os contextos brasileiro e português**. 2000. 547 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2000.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO – IPA. Coordenadoria de Avaliação Institucional. **Relatório de Avaliação. Sistematização dos Relatórios de Avaliação dos Cursos de Ensino Superior realizadas no ano de 2002 - Avaliação Interna e 1999 a 2002 - Avaliação Externa.** Porto Alegre, 2003.

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO – IPA. Coordenadoria de Avaliação Institucional **Relatório de Avaliação Institucional 2003/1.** Porto Alegre, 2003.